

Instituto Sou da Paz

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado do exercício	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores do
Instituto Sou da Paz**
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Sou da Paz (“Instituto” ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Sou da Paz em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de setembro de 2020

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4


Bruno César Vieira da Silva
Contador CRC SP270337/O-1

Instituto Sou da Paz

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

Ativo		2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.106.713	3.240.363	Fornecedores		14.672	18.184
Recursos vinculados a projetos	5	708.681	634.546	Obrigações e trabalhistas e tributárias	9	406.837	546.069
Contas a receber	6	-	436.632	Receitas diferidas	11c	944.432	-
Outros créditos	7	18.157	37.113	Outras contas a pagar	10	169.781	41.575
		<u>4.833.551</u>	<u>4.348.654</u>	Obrigações para projetos não realizados	11	920.836	731.094
Total ativo circulante		<u>4.833.551</u>	<u>4.348.654</u>	Total do passivo circulante		<u>2.456.558</u>	<u>1.336.922</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	12.a	45.410	45.410	Receitas diferidas	11c	932.856	-
Imobilizado	8	229.206	68.901	Total do passivo circulante		<u>932.856</u>	<u>-</u>
Intangível	8	620	620	Patrimônio líquido			
Imobilizado - Com restrição		5.132	15.359	Patrimônio social	13	3.142.020	5.342.572
		<u>280.368</u>	<u>130.290</u>	Déficit do exercício		(1.417.515)	(2.200.550)
Total do ativo não circulante		<u>280.368</u>	<u>130.290</u>	Total do patrimônio líquido		<u>1.724.505</u>	<u>3.142.022</u>
Total do ativo		<u>5.113.919</u>	<u>4.478.944</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>5.113.919</u>	<u>4.478.944</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Sou da Paz

Demonstrações do resultado do exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	Nota	2019	2018
Receitas operacionais líquidas			
Sem restrição			
Receitas operacionais	15	2.781.070	1.656.135
Receita com trabalho voluntário e gratuidades	17	106.754	655.372
		<u>2.887.824</u>	<u>2.311.507</u>
Com restrição			
Receitas de projetos restritos	11.b	924.921	1.503.572
Total de receitas operacionais líquidas		3.812.745	3.815.079
Custos e despesas operacionais			
Sem restrição			
Despesas com pessoal e encargos sociais	16.a	(3.585.873)	(3.213.864)
Despesas gerais e administrativas	16.b	(679.744)	(811.573)
Provisão para perdas	16	(3.379)	(9.525)
Despesas com trabalho voluntário e gratuidades	17	(106.754)	(655.372)
		<u>(4.375.750)</u>	<u>(4.690.334)</u>
Custos e despesas operacionais			
Com restrição			
Custos com execução de projetos	11b	(924.921)	(1.541.260)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(1.487.926)	(2.416.515)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras – sem restrição	18	206.934	253.364
Receitas financeiras – com restrição	19	15.343	37.688
Despesas financeiras	18	(151.866)	(75.087)
Resultado financeiro, líquido		70.411	215.965
Déficit do exercício		(1.417.515)	(2.200.550)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Sou da Paz

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	2019	2018
Déficit do exercício	(1.417.515)	(2.200.550)
Resultados abrangentes	<hr/>	<hr/> -
Resultado abrangente total do exercício	<u>(1.417.515)</u>	<u>(2.200.550)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Sou da Paz

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit (Déficit) acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2018	4.703.092	639.478	5.342.570
Incorporação do superávit do exercício	639.478	(639.478)	-
Déficit do exercício	<u>-</u>	<u>(2.200.550)</u>	<u>(2.200.550)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>5.342.570</u>	<u>(2.200.550)</u>	<u>3.142.020</u>
Incorporação do déficit do exercício	(2.200.550)	2.200.550	-
Déficit do exercício	<u>-</u>	<u>(1.417.515)</u>	<u>(1.417.515)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>3.142.020</u>	<u>(1.417.515)</u>	<u>1.724.505</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Sou da Paz

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	Nota	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Déficit do exercício		(1.417.515)	(2.200.550)
Ajustes do resultado do período			
Depreciação e amortização	8	58.296	22.183
Depreciação e amortização - com restrição		366	4.956
Reversão de provisão para contingências		-	(65.800)
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber		436.632	168.644
Outros créditos		18.956	12.776
Recebimento de caixa e equivalentes para execução de projetos		(74.135)	123.318
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		(3.512)	(17.341)
Obrigações trabalhistas e tributárias		(139.232)	99.377
Receitas diferidas		1.877.288	-
Outras contas a pagar		128.206	(9.583)
Obrigações para projetos não realizados		189.742	(233.746)
Fluxos de caixa decorrentes das (utilizado nas) atividades operacionais		<u>1.075.092</u>	<u>(2.095.766)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível – sem restrição	8	(203.243)	(10.953)
Aquisição de imobilizado e intangível – com restrição		(5.499)	(3.127)
Fluxos de caixa utilizado nas atividades de investimentos		<u>(208.742)</u>	<u>(14.080)</u>
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		<u>866.350</u>	<u>(2.109.846)</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	4	3.240.363	5.350.209
No fim do exercício	4	4.106.713	3.240.363
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		<u>866.350</u>	<u>(2.109.846)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O **Instituto Sou da Paz** é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sem fins lucrativos, de âmbito nacional, e tem como missão contribuir para a efetivação de políticas públicas de segurança e prevenção de violência que sejam eficazes e pautadas pelos valores da democracia, da justiça social e dos direitos humanos por meio da mobilização da sociedade e do Estado e da implementação e difusão de práticas inovadoras nessa área. As estratégias que orientam o Instituto nesta missão de prevenir e reduzir a violência no Brasil estão voltadas para as seguintes atividades:

- ✓ Controle de armas e munições;
- ✓ Fortalecimento e participação comunitária;
- ✓ Democratização da informação;
- ✓ Diagnósticos e planos locais de prevenção.
- ✓ Aprimoramento da atividade policial e da gestão de segurança pública;
- ✓ Ações integradas focadas nos grupos e lugares mais afetados pela violência.

Em 2019 o Instituto completou 20 anos de história, ano marcado por inúmeros desafios, tanto institucionais como relativos ao contexto político brasileiro. No âmbito institucional, o Sou da Paz inaugurou um novo planejamento estratégico para os anos de 2019-2023, seguindo na construção de um Brasil mais justo e mais seguro. Implementou uma série de transformações em sua estrutura interna, mudou de sede e passou por uma transição em sua direção executiva. Esses foram movimentos importantes e suficientes para demandar especial atenção e cuidado com o time e com os processos internos. Ao mesmo tempo, este foi o ano em que o contexto político nacional foi marcado por ações de segurança pública em geral contrárias ao que as evidências demonstram ser o mais efetivo para reduzir o crime e a violência, além de muitas delas serem claramente antidemocráticas.

O Instituto Sou da Paz foi premiado com o selo Melhores ONGs do Instituto Doar, conferido às 100 melhores organizações da sociedade civil de 2019. Foi também a Organização Destaque na categoria Direitos Humanos.

Neste sentido, parte importante do trabalho foi direcionado para a contenção de retrocessos relativos à segurança pública e à democracia que no caso do Instituto, se direcionou especialmente à ampla flexibilização na política de controle de armas promovida pelo Governo Federal. Sempre em busca deste objetivo de transformar a realidade da violência que afeta a todos, o novo ciclo de trabalho do ISDP conta com duas frentes prioritárias as quais foram distribuídas em seus projetos:

Combate à Impunidade de Crimes Violentos

É fundamental lidar com a baixa prioridade e a falta de resposta aos crimes violentos, especialmente os homicídios, direcionando recursos para esclarecer esses crimes e usando inteligência para preveni-los e, ao mesmo tempo, responder de forma mais eficiente aos crimes menos graves. Para esclarecer homicídios e crimes violentos é fundamental também tirar as armas ilegais de circulação e rastrear seu percurso dentro e fora do país, reduzindo a disponibilidade desse importante vetor da violência.

Engajamento Cívico

Acreditamos que o país precisa de mais pessoas discutindo e pautando o tema da segurança pública de forma qualificada e representativa. A sociedade precisa saber quais políticas realmente funcionam para exigi-las de seus governantes e participar da sua construção. Somente com a sociedade brasileira demandando e participando ativamente da construção de políticas públicas eficientes e democráticas na segurança pública é que o país conseguirá reduzir a violência.

(i) Projetos executados ao longo do ano:

Índice Nacional de Esclarecimento de Homicídio (Reducing and refocusing detention):

Apesar da transparência ser parte da solução, nem metade dos estados brasileiros informam quantos homicídios foram esclarecidos. O Sou da Paz trabalhou para ampliar esse acesso e priorizar o esclarecimento como caminho para redução da violência nos estados. Em nosso estudo sobre “Onde Mora a Impunidade – Porque o Brasil precisa de um indicador nacional de esclarecimento de homicídios”, 11 estados conseguiram fornecer dados para que calculássemos suas taxas de esclarecimento de homicídios.

Modelo integrado de controle de armas e munições no Espírito Santo: Após anos de parcerias técnicas com diversos estados, desenvolvemos um modelo integrado de combate ao tráfico de armas que leva em consideração todo o fluxo de circulação das armas e munições desde a sua fabricação e venda, registro adequado, apreensão e investigação de origem de armas envolvidas em crimes e o estabelecimento de fluxos de cooperação com a Polícia Federal, o Exército e Secretarias de Segurança Pública. Em 2019, apresentamos este modelo e firmamos uma parceria para sua implementação no estado do Espírito Santo onde vamos conectar dados, processos, profissionais e resultados para combater o tráfico que alimenta a criminalidade não só neste estado como em todo o país.

Mapa do encarceramento: A fim de avaliar a efetividade do investimento de recursos públicos em ações de prevenção e de repressão da violência, o Instituto Sou da Paz analisou os custos - financeiros de prisões provisórias na cidade de São Paulo vs programas sociais voltados à juventude e grupos vulneráveis. A partir dos achados da pesquisa publicamos a pesquisa ‘Vale a Pena’, que trouxe também proposições de intervenções sociais nos bairros que apresentam altos índices de encarceramento e a efetivação de medidas já previstas em lei voltadas à garantia dos direitos fundamentais de presos provisórios no estado. Essas recomendações impulsionaram ações de advocacy, comunicação e mobilização social.

Na Medida - Fortalecendo equipes técnicas dos serviços de medidas socioeducativas em meio aberto: A deficiência nas políticas de garantias de direitos torna ainda mais atrativa a entrada de jovens vulneráveis em ciclos infracionais. Para romper essa dinâmica, o Sou da Paz acredita e atua no fortalecimento de profissionais que operam as Medidas Socioeducativas como caminho para prevenção da violência e ressignificação da trajetória de vida destes jovens. Em um trabalho de rede contínuo, mobilizamos mensalmente mais de 50 profissionais de 16 instituições na busca desse propósito no Fórum de Medidas Socioeducativas da Freguesia do Ó/Brasilândia.

Rede de proteção integrada: Seu objetivo é promover a articulação intersetorial, interinstitucional e intergovernamental da Rede de Proteção e dos agentes das Medidas Socioeducativas é o objetivo da Rede de Proteção Integrada, desenvolvido na Brasilândia, Zona Norte de São Paulo. Para fortalecer essa rede, que traz impacto direto na vida de jovens em vulnerabilidade social, o projeto tem buscado contribuir com os espaços formativos e de informação sobre as medidas socioeducativas e fortalecer o Plano Decenal Socioeducativo.

Aripuanã – Cidade Segura: Fortalecemos a atuação de Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs), na cidade de Aripuanã, no Mato Grosso. O projeto tem como objetivo, consolidar uma rede de pessoas capacitadas e engajadas em discutir, analisar, planejar e implementar um plano de ação integrado para a solução dos problemas comunitários de segurança deste município.

Protestos Seguros– Fase II: Para estimular um ambiente de livre manifestação e fortalecer a democracia brasileira diante de um contexto político cada vez mais polarizado, propusemos ferramentas e compartilhamos informações para aprimorar o planejamento e gestão de protestos pelas instituições públicas. Além de um seminário internacional que discutiu boas práticas desta frente, promovemos em parceria com Polícia Militar, encontros semanais durante dois meses com policiais que atuam diretamente na condução de protestos, para debater diretrizes que se propõe a torna-los mais seguros para ativistas e policiais, garantindo assim o direito à livre manifestação.

Agenda eleitoral: Após a definição das eleições federais e estaduais de 2018, a segunda fase do projeto foi marcada por processos de mapeamento do novo cenário e de replanejamento de atuação estratégica. Monitoramos os planos de trabalho das equipes federais e estadual de São Paulo sobre segurança pública. Acompanhamos periodicamente as medidas implementadas pelos governos, com o objetivo de criar estratégias de incidência tanto para potencializar avanços, como para barrar retrocessos. Na frente de engajamento, promovemos, a luz das propostas da agenda, uma escuta ativa de jovens através de um slam (batalha de poesia) sobre os problemas da segurança pública na ótica deste público.

EAD Drogas (Agenda Municipal): Em 2019 o escopo do projeto foi alterado para abarcar a elaboração de uma agenda de propostas para a segurança pública com foco no município, com um capítulo específico sobre política de drogas. Considerando que este tema ultrapassa a dimensão da violência e tem impactos urbanísticos, econômicos e no campo da saúde pública, áreas de grande responsabilidade do poder municipal, a agenda trará propostas concretas, baseadas em evidências técnicas, a serem apresentadas aos futuros candidatos a prefeito com a ambição de serem implementadas pela próxima gestão.

Plataforma Segurança Pública baseada em Evidências: O ISDP é consultor de conteúdo para a Plataforma de Segurança Pública baseada em Evidências. O portal online, que reunirá e disseminará diversas experiências que comprovadamente trouxeram melhorias e avanços para políticas públicas de segurança, é planejado e desenvolvido pelo Nexo Jornal com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Conta também com outras organizações para a produção e curadoria de conteúdo. Nesta primeira etapa produzimos dois roteiros para vídeos e dois artigos de opinião que irão compor o conteúdo da plataforma, além de participar da concepção inicial da estrutura da plataforma.

Liberdade (Aliança): O ISDP começou a encubar, em 2019, o projeto Liberdade, que coordena ações jurídicas e judiciais para defesa de direitos fundamentais e garantia de liberdades individuais em casos emblemáticos de violações. Sua atuação consiste essencialmente na articulação de uma rede composta por advogados, defensores públicos, representantes dos Ministérios Públicos Federal e Estaduais e entidades do terceiro setor para a Defesa de Liberdades - liberdade de opinião, expressão e de ensino, e Defesa de Direitos Humanos - considerando temas transversais como raça, etnia, sexualidade, meio ambiente, religião e costumes.

Diretrizes nacionais de esclarecimento de homicídios (Professional Murder Investigations Guidelines): O ISDP criou o embrião de uma rede de especialistas em investigação de homicídios composta por delegados, peritos e investigadores. Estes profissionais compartilharam boas práticas que geraram investigações mais eficientes nos estados e também discutiram melhorias possíveis na mensuração de resultados. O próximo passo da rede é construir e disseminar Diretrizes Nacionais de Esclarecimento de Homicídios, capazes de superar os principais desafios da investigação e ajudar os estados a darem resposta aos crimes violentos cometidos contra seus cidadãos. Projeto não iniciado em 2019.

Pesquisa ‘O Papel do legislativo na segurança pública’: A pesquisa trouxe uma análise da produção legislativa do Congresso Nacional para temas de segurança pública e justiça criminal ao longo da última legislatura (2015-2018). Com a continuidade da análise que temos desenvolvido desde o primeiro ano da legislatura passada, alguns indícios de tendências políticas começam a se sedimentar a cada nova edição deste estudo, possibilitando o desenvolvimento de estratégias de incidência juntos aos parlamentares e pressão pública por meio de matérias em veículos de imprensa. Projeto não iniciado em 2019.

(ii) Investimentos institucionais

Desenvolvimento institucional

O financiamento institucional é fundamental para o desenvolvimento dos projetos do ISDP, dando suporte para a manutenção da sede física e apoio financeiro para projetos que não constam com investimentos direcionados. Através da Open Society Foundations, TVML Foundations, Instituto Lemann e Banco Itaú, os apoios institucionais ainda dão subsídios para que a organização tenha recursos para manter as equipes das áreas meio como Administrativo e Comunicação e para desenvolver planos de gestão para resultado e avaliação.

Boletim ‘Sou da Paz Analisa’: Os dados criminais e estatísticas oficiais da violência no Estado de São Paulo são publicados de maneira pouco acessível. Isso afasta a população de demandar respostas para seus problemas de segurança com base em evidências. O ISDP promove maior transparência facilitando a compreensão destas informações, disseminando na imprensa achados importantes, propondo caminhos para melhorar a prevenção e repressão da violência no estado e aproximando os dados da população em Boletins Trimestrais batizados de Sou da Paz Analisa. Além disso, estamos também implementando uma plataforma online para acesso aos dados criminais. Para esse projeto são utilizadas verbas institucionais.

Ao longo do ano corrente, os seguintes projetos foram encerrados:

- Mapa do Encarceramento (Vale a pena)
- Rede de Proteção Integrada
- Protestos – Fase II
- Agenda Eleitoral

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 18 de setembro de 2020.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 3.2(ii) - Vida útil estimada do ativo imobilizado

Nota Explicativa nº 6 - Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa

Nota Explicativa nº 12 - Provisão para contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

(iii) *Ativos financeiros não derivativos*

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

(iv) *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(v) *Empréstimos e recebíveis*

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber, outros créditos e despesas antecipadas.

(vi) *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras, aplicações interfinanceiras de liquidez e aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), cujo vencimento original seja de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(vii) *Recursos vinculados a projetos*

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações desses projetos.

(viii) *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações para projetos não realizados e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ix) *Instrumentos financeiros derivativos*

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2019 e 2018, incluindo operações de *hedge*.

Hierarquia do valor justo

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Instituto, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

Nível A – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;

Nível B - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;

Nível C – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, o Instituto deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

o Instituto reconhece as transferências entre níveis de hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 21.

3.2 Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Móveis e utensílios	5 anos
Instalações	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(iii) Imobilizado - Com restrição

Os itens do ativo imobilizado com restrição são itens adquiridos com recursos financeiros advindos de projetos e que estão vinculados à prestação dos serviços e execução das atividades relacionadas, que ao final do projeto deverão reverter ao patrimônio do Instituto por meio de termo de doação.

3.3 Intangíveis

O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (*software*), que são amortizados usando método linear à taxa de 20% ao ano.

3.4 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração do Instituto não identificou evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.5 Contas a receber

Os valores a receber são compostos por contratos firmados com financiadores, adotando o critério da competência, utilizando-se como base os contratos assinados e conhecidos.

3.6 Demais ativos

Os ativos são demonstrados pelos valores conhecidos ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidas.

3.7 Passivos circulantes

Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridas.

3.8 Obrigações para projetos não realizados

Os valores para projetos não realizados são compostos por valores recebidos e respectivas parcelas a receber dos financiadores de acordo com os contratos firmados, ainda não aplicados nos projetos relacionados. O Instituto denomina como "Administrativo" o controle da movimentação dos recursos utilizados para a manutenção da estrutura compartilhada entre os projetos sede e de recursos humanos de acordo com os critérios de rateio estabelecidos, além daqueles captados com esse fim exclusivo.

3.9 Benefícios a empregados

O Instituto não mantém planos de pensão, previdência privada ou outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes, e também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O Instituto denomina como "Provisões Trabalhistas" uma conta exclusiva na qual são depositados mensalmente os valores provisionados para o custeio das obrigações de 13º salário, férias, FGTS e verbas e encargos rescisórios.

3.11 Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais do Instituto.

3.12 Reconhecimento de Receitas

(i) Contribuições

As receitas de contribuições são reconhecidas contabilmente de acordo com os contratos firmados com financiadores adotando o critério da competência, utilizando-se como base os contratos assinados e as despesas incorridas.

(ii) Donativos

As doações para financiar os custos do Instituto são reconhecidas no resultado do exercício para o qual o recurso foi destinado pelo associado. Os valores recebidos por doações e empregados nos projetos são registrados da seguinte forma:

Recebimento dos recursos: quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecida o débito de caixa e equivalentes de caixa em contrapartida à conta de obrigações para projetos não realizados nos passivos circulante e não circulante.

Consumo como despesa: quando ocorrem os gastos com os projetos, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de obrigações para projetos não realizados nos passivos circulante e não circulante.

(iii) *Gratuidades*

As receitas com gratuidades são reconhecidas contabilmente de acordo com o benefício de desconto firmado entre os fornecedores ou prestador de serviço e o Instituto, adotando o critério de competência.

(iv) *Voluntariado*

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Instituto sem Finalidade de Lucro, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao seu valor justo e levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

3.13 *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e despesas bancárias.

3.14 *Apuração do resultado*

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.15 *Gerenciamento de risco financeiro*

O Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

O Instituto apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Instituto, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 21.

As políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Bens numerários	-	15
Depósitos bancários	1.408.678	376.600
Aplicações financeiras (a)	2.698.035	2.863.748
	4.106.713	3.240.363

a. Aplicações financeiras

	2019	2018
DI Compromissada Itaú 00.775-4	-	1.813.671
DI Compromissada 00.787-9	-	36.452
CDB 00.775-4	-	693.900
CDB Itaú 00.787-9	1.209	170.085
CDB Santander 130008824	1.787.532	-
CDB Itaú 00783-8	47.971	149.640
Aplicação Automática Santander 13000882-4	279.401	-
Aplicação Automática Santander 13000953-3	100	-
BB CDB 23523-7	1.929	-
CDB Itaú DI 00.766-3	46.638	-
BB 23523-7 – Renda Fixa	533.255	-
	2.698.035	2.863.748

O Instituto mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada ao CDB. O rendimento médio aproximado em 2019 foi de 4.55% a.a. (8.85% a.a. em 2018).

O resultado contabilizado em 2019 com a receita de aplicações financeiras foi de R\$ 206.934 (R\$ 253.364 em 2018) e está apresentado na demonstração do resultado do exercício em "Receitas com aplicações financeiras".

5 Recursos vinculados a projetos

Os valores recebidos e ainda não empenhados em projeto ficam registrados na rubrica de “Recursos vinculados a projetos”, em contrapartida a “Obrigações para projetos não realizados” no passivo circulante. O Instituto mantém os recursos recebidos aplicados financeiramente enquanto não investidos nas atividades ligadas ao projeto.

Banco – Conta corrente	2019	2018
Depósitos bancários (a)	90.632	51.516
Aplicações financeiras (b)	618.049	583.030
Recursos vinculados (c)	-	-
	708.681	634.546

a. Depósitos Bancários

Descrição	Projetos	2019	2018
Itaú S.A. - 00.769-7	Protestos	-	867
Itaú S.A. - 00.302-7	EAD Drogas	90.571	-
Itaú S.A. - 00.785-3	Câmeras Cidadãs	-	97
Itaú S.A. - 00.766-3	Práticas	-	93
Itaú S.A. - 00.789-5	Controle	-	40.590
B. Brasil 23.626-8	PSC	-	4.889
B. Brasil 23.523-7	Reincidência	-	32
Itaú S.A. - 00.773-9	Agenda Eleitoral 2018	-	300
Itaú S.A. - 00.767-1	Gestão para Resultados Goiás	-	140
Itaú S.A. - 00.304-3	Mapa do Encarceramento	-	2.978
Itaú S.A. - 01.302-6	GTI Rede de Proteção Integrada	-	1.530
Itaú S.A. - 00296-1	Aripuanã – Cidade Segura	61	-
		<u>90.632</u>	<u>51.516</u>

b. Aplicações financeiras - Projetos

Descrição	Projetos	2019	2018
Compromissada 00.304-3	Mapa do Encarceramento	-	30.632
CDB BB 23.523-7	Reincidência	-	1.880
CDB BB 23.627-6	Troca e Tecnologias	-	2.829
CDB Itaú 00.769-7	Protestos	-	82.814
Itaú 00.766-3	Práticas	-	47.162
Itaú 00.789-5	Controle	-	1.101
Itaú 01302-6	GTI Rede de Proteção Integrada	-	10.137
Itaú 01302-6	GTI Rede de Proteção Integrada	52.725	12.845
B. Brasil 23.523-7	Reincidência	-	347.718
Itaú 0773-9	Agenda eleitoral	-	45.912
CDB Santander 13000906-9	Na Medida	25.912	-
CDB Santander 13000949-2	Aliança	274.997	-
Aplic Automática Santander 13000949-2	Aliança	78	-
Aplic Automática Santander 13000951-9	Plataforma de Evidências - ES	24.475	-
Aplic Automática Santander 13000954-0	Reducing and Refocusing Detention	218.712	-
Fundo Extra Santander 13000906-9	Na Medida	21.150	-
		<u>618.049</u>	<u>583.030</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada ao CDB. O rendimento médio aproximado em 2019 foi de 4,55% a.a. (6,46% em 2018).

O resultado contabilizado em 2019 com a receita de aplicações financeiras foi de R\$ 15.343 (R\$ 37.688 em 2018) e está apresentado na demonstração do resultado do exercício em "Receitas financeiras com restrição".

c. Recursos vinculados

Banco – Conta corrente	2019	2018
Fundo de investimento referenciado	210.840	207.460
Provisão para perda	(210.840)	(207.460)
	-	-

A aplicação financeira (fundo de investimento referenciado) no montante de R\$ 210.840 (R\$ 207.460 em 2018) refere-se à conta investimento restrita (bloqueada) em nome do Instituto, referente a recursos de um projeto já finalizado, em que o Instituto utilizou recursos próprios para sua execução. Devido à demora nos trâmites internos do Ministério do Esporte na liberação dos recursos constantes na conta, o Instituto tomou medidas administrativas e jurídicas para a liberação desses recursos, aguardando que qualquer uma destas solucione a questão.

6 Contas a receber

Descrição	Projetos	2019	2018
Secretaria de Desenvolvimento	PSC	-	171.971
Instituto Betty E A Jacob Lafer	Agenda eleitoral	-	52.507
Secretaria Municipal dos Direitos Humanos	GTI Rede de Proteção Integrada	-	193.480
Fundo Brasil de Direitos Humanos	Mapa do Encarceramento	-	18.674
		-	436.632

6.1 Aging list do contas a receber

	2019	2018
A vencer		
Títulos a vencer	-	264.661
Vencidos		
Entre 61 e 90 dias	-	171.971
Acima de 181 dias	-	-
	-	-
Subtotal - Contas a receber	-	436.632
(-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-
	-	436.632

A provisão para perdas com Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos títulos a receber, levando-se em consideração análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis, bem como os títulos vencidos há mais de 181 dias, constitui-se provisão em montantes suficientes para cobertura de eventuais perdas por não recebimentos. De acordo com a análise individualizada dos títulos e negociação com seus clientes para recebimento dos títulos em aberto, a administração não constituiu provisão baseada na expectativa de recebimento aos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2019.

7 Outros créditos

	2019	2018
Impostos a recuperar	-	6.389
Adiantamento de férias	12.824	18.557
Empréstimos a funcionários	5.333	3.519
Adiantamento a terceiros	-	8.649
	18.157	37.113

8 Ativo imobilizado e intangível

	Ativo imobilizado					Intangível		Total geral
	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Marcas e Patentes	Software	
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	89.041	48.963	150.697	66.467	-	620	33.593	389.381
Adições	-	-	-	10.953	-	-	-	10.953
Saldo em 31 de dezembro de 2018	89.041	48.963	150.697	77.420	-	620	33.593	400.334
Adições	48.586	-	-	-	154.657	-	-	203.243
Transferências (a)	-	-	23.132	3.821	-	-	-	26.953
Saldo em 31 de dezembro de 2019	137.627	48.963	173.829	81.241	154.657	620	33.593	630.530
Depreciação e amortização								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(56.192)	(47.648)	(131.559)	(39.638)	-	-	(33.593)	(308.630)
Adições	(5.143)	(430)	(10.379)	(6.231)	-	-	-	(22.183)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(61.335)	(48.078)	(141.938)	(45.869)	-	-	(33.593)	(330.813)
Adições	(12.379)	(538)	(10.279)	(7.409)	(27.691)	-	-	(58.296)
Transferências (a)	-	-	(11.108)	(487)	-	-	-	(11.595)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(73.714)	(48.616)	(163.325)	(53.765)	(27.691)	-	(33.593)	(400.704)
Valor contábil								
Em 31 de dezembro de 2018	27.706	885	8.759	31.551	-	620	-	69.521
Em 31 de dezembro de 2019	63.913	347	10.504	27.476	126.966	620	-	229.826

- (a) Parte dos ativos do imobilizado restrito foram transferidos para o Imobilizado dado o encerramento dos projetos.

9 Outras obrigações - Trabalhistas e tributárias

	2019	2018
Obrigações previdenciárias	63.503	77.682
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	69.961	56.811
Impostos e contribuições a recolher	4.973	10.288
Provisões de férias e 13º salário e encargos (a)	268.400	401.288
	406.837	546.069

- (b) O saldo inclui provisões sobre FGTS, INSS e férias.

10 Outras contas a pagar

	2019	2018
COFINS a pagar (a)	41.575	41.575
Contas a Pagar – PSC	46.458	-
Contas a Pagar – Reincidência	81.748	-
	169.781	41.575

- (a) O Instituto optou por discutir judicialmente o tributo com base em orientação de seus advogados, por meio de mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar extraordinário, e efetuou recolhimento em juízo, por meio de depósitos judiciais, enquanto aguarda o resultado da discussão judicial. Vide detalhamento do andamento do processo conforme Nota Explicativa nº 12.

11 Obrigações para projetos não realizados

Descrição	Projeto	2019	2018
Open Society Foundations	Protestos	-	154.359
Secretaria Municipal de Direitos Humanos SP	GTI Rede de Proteção Integrada	52.720	154.234
Instituto Betty E A Jacob Lafer	Agenda Eleitoral	-	98.709
Fundo Brasil Direitos Humanos	Mapa do Encarceramento	-	52.277
Open Society Foundations	EAD Drogas	90.571	89.302
Secre. Estadual de Desenvolvimento Social SP	Reincidência	-	83.674
Secre. Estadual de Desenvolvimento Social SP	PSC	-	49.345
Consulado Geral da República da Alemanha	Controle de Armas	-	19.822
Open Society Foundations	OSF Projetos Institucionais	-	12.962
Secre. Estadual de Desenvolvimento Social SP	Troca e Tecnologias	-	7.799
Cofins a Pagar	Convênios	7.011	7.021
Secre. Estadual de Desenvolvimento Social SP	Adolescentes	-	1.450
AMBEV	Gestão para Resultados Goiás	-	140
Mineração Dardanelos LTDA	Aripuanã – Cidade Segura	(39.572)	-
Open Society Foundations	Aliança	285.719	-
Secretaria Municipal dos Direitos Humanos	Na Medida	52.194	-
Banco Interamericano de Desenvolvimento	Plataforma de Evidências - ES	10.076	-
Open Society Foundations	Modelo Interno de Controle de Armas ES	243.405	-
Fundação Fundo Brasil dos Direitos Humanos	Reducing And Refocusing Detention	218.712	-
		920.836	731.094

a. Movimentação dos recursos vinculados a projetos

A seguir, apresentamos os projetos em andamento no exercício, recursos recebidos pelo Instituto, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Descrição projeto	Saldos em 31/12/2018	Contratação de novos projetos	Receitas Financeiras	Valor a ser devolvido para o financiador	Otras Movimentações	Consumo	Saldos em 31/12/2019
OSF Projetos Institucionais	12.962	-	-	-	(12.962)	-	-
Adolescentes	1.450	-	-	-	(1.450)	-	-
PSC	49.345	-	-	(46.458)	-	(2.887)	-
Troca e Tecnologia	7.799	-	-	-	(7.799)	-	-
Reincidência	83.673	-	-	(81.748)	-	(1.925)	-
Protestos	154.359	13.239	1.590	-	-	(169.188)	-
Agenda Eleitoral	98.709	-	2.225	-	-	(100.934)	-
Gestão para Resultado Goiás	140	-	-	-	-	(140)	-
GTI Rede de Proteção Integrada	154.234	-	4.068	-	-	(105.582)	52.720
Mapa do Encarceramento	52.277	-	-	-	-	(52.277)	-
EAD Drogas	89.302	-	2.228	-	1	(960)	90.571
Controle de Armas	19.822	-	-	-	-	(19.822)	-
Aliança	-	447.600	3.420	-	-	(165.301)	285.719
Plataforma de Evidências - ES	-	57.300	2	-	-	(47.226)	10.076
Na Medida	-	189.247	1.736	-	-	(138.789)	52.194
Reducing And Refocusing Detention	-	218.956	74	-	-	(318)	218.712
Aripuanã – Cidade Segura	-	80.000	-	-	-	(119.572)	(39.572)
Modelo Integrado de Controle de Armas – ES	-	243.405	-	-	-	-	243.405
Outros	7.021	-	-	-	(10)	-	7.011
Total passivo	731.094	1.249.747	15.343	(128.206)	(22.221)	(924.921)	920.836

b. Custos com a execução de projetos – Receitas e receita financeira de projetos restritos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.15, as despesas incorridas são empregadas na medida de execução dos projetos. Em 31 de dezembro de 2019, os projetos estão apresentados da seguinte forma. A descrição da natureza dos principais projetos estão divulgadas na nota 1.

Projeto	Despesa com pessoal	Encargos	Provisões férias e 13º salário	Programa de alimentação e	Assistências médica e odontológica	Serviços de terceiros	Trans portes	Despesas gerais e adm.	Despesas financeiras	Custos comparti lhados	Resultado de 2019
Reincidência	-	-	-	-	-	-	-	1.925	-	-	1.925
PSC	-	-	-	-	-	-	-	2.887	-	-	2.887
Protestos	48.206	21.780	7.517	5.996	8.636	8.430	1.086	27.421	2.361	37.753	169.188
Controle de Armas	-	-	-	-	-	-	-	19.823	-	-	19.822
Gestão para resultados Goiás	-	-	-	-	-	-	-	-	140	-	140
Mapa do Encarceramento	-	-	-	-	-	13.709	756	9.304	1.369	27.139	52.277
Agenda Eleitoral	8.984	1.933	-	2.417	-	37.897	1.994	28.289	1.635	17.785	100.934
GTI Rede de Proteção Integrada	-	-	-	8.566	-	19.186	2.337	12.637	1.955	60.901	105.582
EAD Drogas	-	-	-	-	-	-	-	502	458	-	960
Aliança	10.953	-	-	4.704	1.975	104.748	-	20.541	-	22.380	165.301
Plataforma de Evidências - ES	-	-	-	139	-	-	-	1.910	358	44.818	47.225
Na Medida	-	-	-	4.630	-	-	313	10.148	-	123.698	138.789
Reducing and Refocusing Detention	-	-	-	-	-	-	-	-	318	-	318
Aripuanã – Cidade Segura	-	-	-	-	-	-	151	33.579	502	85.340	119.572
TOTAL	68.143	23.713	7.517	18.039	10.611	183.970	4.300	168.468	9.096	419.814	924.921

c. Receitas diferidas

	2019	2018
Open Society Foundations	1.793.955	-
Banco Itaú	83.333	-
	1.877.288	-
Curto prazo	944.432	-
Longo prazo	932.856	-

Os contratos firmados com a Open Society Foundations e com o Banco Itaú possuem prazos determinados para aplicação dos recursos recebidos, que se encerram em janeiro de 2022 e maio de 2020, respectivamente.

12 Riscos avaliados como perdas possíveis

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos do Instituto para as causas fiscais e trabalhistas nos respectivos montantes de R\$4.456.919 (R\$ 4.133.287 em 2018), não estão provisionados, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

a. Depósitos judiciais

O Decreto nº 8.426/2015 de julho de 2015, instituiu a incidência da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as Receitas Financeiras à alíquota de 4%. Entretanto, o Instituto optou por discutir judicialmente este tributo com base em orientações de sua assessoria jurídica. Desta forma, o Instituto vem efetuando, os recolhimentos da COFINS através de depósito judicial, referente aos períodos de agosto de 2015 a dezembro de 2016 às contas de cada referido projeto. O saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 45.410 (R\$ 45.410 em 2018). O processo em 08/04/2019 teve seus Autos Sobrestados, ou seja, o andamento foi suspenso, até o julgamento de preliminar de repercussão geral em controvérsia já delimitada, ou até o julgamento de mérito, em tema com repercussão geral reconhecida. A partir de janeiro de 2017, por determinação da administração, estão sendo feitos os recolhimentos para o fisco federal.

b. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)

O Instituto Sou da Paz, em razão de sua natureza de entidade sem fins lucrativos de assistência social, requereu perante a Prefeitura Municipal de São Paulo, em 20 de agosto de 2008, pedido de reconhecimento de sua imunidade tributária ao Imposto sobre Serviços (ISS), com base no art. 150, VI, “c” da Constituição Federal. O processo sob nº 2008-0.308.088-0 tramita na esfera administrativa sem decisão alguma até a presente data.

Em razão de não ter sido finalizada a análise do mérito do pedido de reconhecimento de imunidade, o Fisco autuou o Instituto referente aos exercícios de 2008, 2009 e 2010 (Auto de Infração nº 006.681-552-5 - 2008, Autos de Infração nºs 006.695.368-5 - 2009 e Auto de Infração nº 006.710.701-0 - 2010), para evitar a decadência referente aos eventuais débitos.

O Instituto Sou da Paz apresentou defesa administrativa em 19 de dezembro de 2013, 23 de dezembro de 2014 e 4 de dezembro de 2015, referente aos exercícios de 2008, 2009 e 2010, respectivamente, questionando a autuação com base no art. 15 da Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 1º de fevereiro de 2008, que determina que o trâmite regular de pedido de reconhecimento de imunidade é causa suspensiva de exigibilidade de título. Em 06/06/2019

ocorreu uma sentença favorável determinando o cancelamento dos referidos autos de infração. O valor atualizado destes anos é de R\$ 334.931.

A Secretaria de Finanças deferiu parcialmente o reconhecimento de imunidade do ISS, em janeiro de 2016, abrangendo exclusivamente os serviços prestados sob os Códigos de Serviços n°s 02097 e 05762. Sendo mantida a tributação sob os demais códigos. Dessa decisão, o Instituto recorreu administrativamente e continua aguardando julgamento de seu recurso.

Em agosto de 2018 para evitar a decadência referente aos eventuais débitos dos exercícios de 2012, 2013 e 2014 o Fisco autou o Instituto Sou da Paz (autos de infração 006.738.080-8 (2012) 006.746.804-7 (2013), 006.746.805-5 (2014), 006.738.081-6 (OA), 006.738.270-3 (OA), 006.738.273-8 (OA), 006.746.806-3 (OA), 006.746.807-1 (OA), 006.746.808-0 (OA) e 006.746.809-8 (OA) onde foi apresentada defesa administrativa em 21 de setembro de 2018 que aguarda julgamento da Impugnação. Os valores atualizados somam R\$ 4.121.988.

c. PIS/PASEP e COFINS

A partir de 1º de julho de 2015, com vigência do Decreto nº 8.426/2015, as pessoas jurídicas tributadas com base no regime não cumulativo devem apurar a contribuição para PIS/PASEP e a COFINS pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. Define a Lei nº 10.637/02, em seu art. 8º, e a Lei nº 10.833/03, em seu art. 10, que as pessoas jurídicas imunes a impostos ficam sujeitas ao regime cumulativo das contribuições. Assim, por não haver tratamento específico, as pessoas jurídicas isentas, como o Instituto, se sujeitariam ao regime não cumulativo e, portanto, deveriam tributar suas receitas financeiras conforme o Decreto nº 8.426/2015, que traz as alíquotas de 0,65% para PIS/PASEP e 4% para COFINS. Visto que, conforme art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/01, a contribuição para o PIS/PASEP de entidades isentas é calculada sobre a folha de salários, somente ocorreria a apuração de COFINS sobre as receitas financeiras das entidades isentas.

O Instituto optou por discutir judicialmente o tributo com base em orientação de seus advogados, por meio de mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar extraordinário, tendo como base: inconstitucionalidade da instituição do tributo, com base na imunidade, respaldada no art. 195, § 7ª da Constituição Federal, amparada pelo art. 3º da Lei nº 8.742/93 — Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

13 Patrimônio líquido

O patrimônio social do Instituto é empregado integralmente nos seus objetivos sociais e formado pelo superávit e/ou déficit acumulados. O saldo do patrimônio social será aplicado em projetos e também na manutenção do Instituto nos exercícios futuros e não poderá ser distribuído entre os associados, diretores, instituidores, benfeitores ou qualquer outra pessoa física ou jurídica, direta ou indiretamente.

Na hipótese de dissolução do Instituto, seu patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica sem fins lucrativos, qualificada nos termos de lei vigente, aplicável a entidades sem fins lucrativos, e que, preferencialmente, tenha o mesmo objeto social do Instituto.

14 Remuneração da Administração

O Estatuto Social do Instituto possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva, que em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 297.440 (R\$ 282.319 em 2018). O Instituto não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

15 Receitas operacionais - Sem restrições

	2019	2018
Contribuições do exterior (a)	1.131.226	1.585
Contribuições Pessoas Jurídicas	1.320.165	1.630.549
Contribuições Pessoas Físicas	222.238	24.000
Custo com doações de bens	26.953	-
Receita Líquida de Serviços	80.488	-
	2.781.070	1.656.134

- (a) Contribuições no exterior referem-se aos valores recebidos a título de captação de recursos para fins institucionais, provenientes de financiadores de outras organizações ou empresas com sede no exterior.

16 Custos e despesas operacionais - Sem restrição

	2019	2018
Despesas com pessoal (a)	(3.585.873)	(3.032.146)
Despesas gerais e administrativas (b)	(679.744)	(993.193)
Provisão para perda	(3.379)	(9.525)
	(4.268.996)	(4.034.864)

a. Despesas com pessoal

	2019	2018
Salários	(2.106.049)	(2.036.320)
13º Salário	(51.087)	(172.054)
Férias	(266.914)	(251.798)
INSS	(637.594)	(590.445)
FGTS	(339.205)	(196.240)
PIS	(24.896)	(22.943)
Benefícios sociais (VT+VR e assistência médica, e outros)	(279.125)	(295.366)
Rateio de despesas compartilhadas com projetos (a)	118.998	351.302
	(3.585.873)	(3.213.864)

b. Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Serviços de terceiros	(377.070)	(445.630)
Despesa com ocupação	(329.277)	(298.927)
Viagens	(65.216)	(73.824)
Depreciação	(67.474)	(26.178)
Outras despesas	(145.720)	(148.732)
Rateio de despesas compartilhadas com projetos (a)	305.014	181.718
	(679.744)	(811.573)

- (a) A Administração do Instituto efetua o rateio do custo e despesas administrativas sobre os projetos em curso de acordo com critérios definidos em análises qualitativas e quantitativas sobre a realização de cada projeto, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.

17 Gratuidades recebidas e trabalhos voluntários ou *pro bono*

	2019	2018
Conselheiros	31.537	92.800
Serviços recebidos em gratuidade (a)	75.217	562.572
	106.754	655.372

- (a) Durante o exercício a entidade reconheceu como gratuidade recebida valores relacionados à gastos incorridos no acompanhamento de votações e reuniões, além de encontros com os ministérios correlacionados com a votação da PL3723/2019, que revoga o estatuto do desarmamento. Em 2018, as gratuidades reconhecidas estavam relacionadas com o planejamento, criação off-line, coordenação de produção, planejamento e coordenação de mídia referente a campanha publicitária #PenseDireitoNoSeuVoto. Tais serviços não foram tomados no decorrer do exercício corrente.

Conforme estabelecido no item 19 da ITG 2002 (R1) e na Resolução CFC nº 1.409/2012, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar.

As gratuidades e trabalhos voluntários ou *pro bono* identificados pela Administração como tendo sido prestados nos exercícios de 2019 e 2018, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritos e estão registrados na demonstração do resultado nas contas de "Receitas com trabalho voluntário e gratuidades" e "Despesas com trabalho voluntário e gratuidades".

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima foi determinado a partir do valor que o Instituto estaria disposto a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário.

Nesse sentido, a Administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações do próprio prestador de serviço, uma vez que, em geral, ele também presta o mesmo serviço para outras entidades, mas com remuneração, e/ou com base em informações de mercado, especialmente no caso de prestação de serviços para a qual há um mercado ativo e maduro, no qual as informações sobre o custo dos serviços são amplamente divulgadas ou de fácil obtenção, sempre considerando o porte e a complexidade das operações do Instituto.

18 Receitas e despesas financeiras – Sem restrições

Receitas financeiras	2019	2018
Rendimento de aplicações financeiras	<u>206.934</u>	<u>253.364</u>
	<u>206.934</u>	<u>253.364</u>
Despesas financeiras	2019	2018
Multas	(13.915)	(14.041)
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre Rendimento Financeiro	(84.497)	(33.137)
Imposto sobre Operação Financeira - IOF	(12.871)	(2.116)
Tarifas Bancárias	(11.509)	(7.057)
Outras Despesas	<u>(29.074)</u>	<u>(18.736)</u>
	<u>(151.866)</u>	<u>(75.087)</u>

19 Receitas financeiras – Com restrições

	2019	2018
Adolescentes	-	2.341
Agenda eleitoral 2018	2.225	3.124
Câmeras Cidadãs	-	3.314
Mapa do Encarceramento	-	1.215
Práticas	-	4.616
Gestão para resultados Goiás	-	866
Aliança	3.419	-
Plataforma de Evidências - ES	2	-
EAD Drogas	2.228	-
GTI Rede de Proteção Integrada	4.068	153
Na Medida	1.735	-
Protestos	1.591	7.410
Reincidência Juvenil	-	14.649
Reducing and Refocusing Detention	<u>75</u>	<u>-</u>
	<u>15.343</u>	<u>37.688</u>

Os valores registrados nesta rubrica referem-se à receitas de rendimento de aplicações financeiras registradas na rubrica Recursos vinculados a projetos, veja nota explicativa 11b.

20 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, o Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
- ISSQN
- COFINS sobre as receitas próprias.

O Instituto não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como escrituração do Lalur, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

As declarações de isenção do imposto de renda, às quais o Instituto está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão pelas Autoridades Fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais, também estão sujeitos à revisão por Autoridades Fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores.

IRPJ e CSLL

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu déficit (superávit) de acordo com o art. 174 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e Lei nº 9.532/97.

ISS

O Instituto é isenta do pagamento de ISS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com a Lei nº 10.833/03.

COFINS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do Instituto, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03. A partir de 1º de julho de 2015, passou a incidir COFINS sobre os rendimentos de aplicações financeiras.

PIS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada exclusivamente sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com o art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001.

21 Instrumentos financeiros

O Instituto mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração do Instituto.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Instituto foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018, sendo eles outras contas a receber e fornecedores, estão classificados como empréstimos e recebíveis.

b. Instrumentos financeiros derivativos

O Instituto não detém instrumentos financeiros derivativos.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Instituto caso um associado ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Instituto e representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus associados. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de associados. O Instituto não espera perdas com os valores a receber de seus associados e, por esse motivo, não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.106.713	3.240.363
Recursos vinculados a projetos	5	708.681	634.546
Outros créditos	7	18.157	37.113
		<u>4.833.551</u>	<u>3.912.022</u>

Caixa e equivalentes de Caixa e ativos financeiros para negociação

A política de gestão de risco corporativo determina que o Instituto avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. O Instituto possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Contas a receber

O risco de crédito é, principalmente, gerenciado pelas contraprestações provenientes de emissão do recebimento dos projetos junto a seus financiadores. Não há concentração de risco de crédito no nosso modelo das atividades do Instituto.

Outros créditos

De modo geral, o risco de crédito de outras contas a receber é o risco devido à incerteza na capacidade da contraparte em cumprir as suas obrigações. Do ponto de vista do risco de crédito, o Instituto avalia cada contraparte e gerencia individualmente este risco.

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral do Instituto é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. A Administração julga que o Instituto não tem risco de liquidez.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez do Instituto.

e. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de o Instituto sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações nas taxas de juros que incidem sobre seus ativos e passivos. O Instituto mantém parcela substancial das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI e determinadas obrigações indexadas à variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme dados retirados da Cetip, com data-base de 31 de dezembro de 2019, indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 5,95%, cenário provável para o ano de 2019. O Instituto realizou duas simulações nas taxas de remuneração do CDI para as aplicações financeiras com aumento de 25% e 50%, cujos resultados estão apresentados no quadro a seguir:

	Cenário Real	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Caixa e equivalentes			
Aplicações financeiras	2.698.035	2.698.035	2.698.035
Taxa anual estimada do CDI	5,95%	4,46%	2,97%
Efeito anual no caixa líquido	160.533	120.332	80.131

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Instituto centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDB e fundo de renda fixa.

f. Gestão de capital

Os objetivos do Instituto ao administrar seu patrimônio social são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Instituto para cumprir com seus objetivos descritos na Nota Explicativa nº 1.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Instituto pode rever a política de pagamento de contribuições dos associados e reduzir, por exemplo, o nível de gastos e endividamento.

g. Gerenciamento do risco financeiro

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro do Instituto. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas.

h. Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para fins de divulgação, caso o Instituto tivesse adotado o critério de reconhecimento dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores, por nível de hierarquia do valor justo:

	Classificação	Hierarquia de valor justo	2019	2018
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Nível B	1.408.678	376.615
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	Nível B	2.698.035	2.863.748
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis		-	436.632
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis		-	465.584
			4.979.568	4.142.579
Passivos				
	Classificação			
Fornecedores	Outros passivos financeiros (custo amortizado)	Nível B	14.672	18.185

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

22 Avais, fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2019 e 2018.

23 Eventos subsequentes

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderá ser revisada. Ponderando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Administração está avaliando de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Instituto, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Com relação as Medidas Provisórias implementadas pelo governo para enfrentamento da pandemia, tais como suspensão de Contrato de Trabalho o adiamento do pagamento de tributos, a Administração do Instituto Sou da Paz avaliou não ser necessária a adesão de nenhuma delas. Não houveram demissões no período.

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- Implantação do trabalho em formato home-office para todos os funcionários com adequação de rotinas de encontros e reuniões virtuais utilizando plataformas de tecnologia; Adequação de ferramentas de trabalhos para os funcionários, equipamentos, softwares, mobiliário e ajuda de custo para link de internet quando necessária;
- Revisão de contratos junto a prestadores de serviços e proprietário do imóvel para redução de custos em virtude da subutilização dos equipamentos e espaços, otimizando esta economia para custear a adequação do trabalho em formato home office como compra de computadores e softwares;
- Campanha para doação de máscaras para o distrito de Brasilândia em São Paulo, região socialmente vulnerável e atendida pelos projetos do Sou da Paz;
- Realização de conversas intituladas “Diálogos Sou da Paz” com especialistas na área de segurança pública e democracia para manter a equipe engajada e motivada;
- Promoções de reuniões intituladas “Como Estamos” canal criado para compartilhar conquistas e desafios durante o período de quarentena;
- Realização de pesquisas via questionário junto aos colaboradores para entendimento da situação geral em relação ao trabalho em home office, sobre uma eventual volta presencial e outras necessidades de forma a adequar melhor as repostas do Instituto às necessidades dos colaboradores;
- Adequação do escritório físico do Sou da Paz seguindo as orientações e protocolos governamentais para uma futura volta presencial mantendo a estrutura funcional para eventuais necessidades do staff no atendimento de demandas de trabalho;
- Adaptação de cronograma de entregas e remanejamento de orçamentos juntos aos financiadores dos projetos;
- Criação de um boletim periódico para manter os principais doadores e parceiros atualizados sobre como o Instituto vem enfrentando a pandemia: Boletim Sou da Paz na Pandemia.

Durante a pandemia, a Entidade conseguiu manter e ampliar o seu quadro de doadores para a manutenção de suas atividades para o próximo biênio, dos quais podem ser citados:

- Instituto Lemann (R\$ 1.200.000)
- Ford Foundation (USD 250.000)
- TVML (USD 90.000)
- Banco Itaú (R\$ 200.000)
- Haddad Foundation (R\$ 390.000)
- Fundo Brasil Direitos Humanos (R\$ 417.911)
- AMBEV (R\$ 213.578)
- Open Society Foundations (USD 100.000)
- Nexa (R\$ 200.000)
- Terre des Hommes (EUR 18.960)
- Instituto Betty e Jacob Lafer (R\$ 220.120)
- Pessoas Físicas (R\$ 850.000).

* * *

Carolina de Mattos Ricardo
Diretora Executiva

David Coppola
Contador
CRC/SP N° 167.760/O-7